

**Bruxelas, 7 de outubro de 2015
(OR. en)**

**5798/2/15
REV 2**

**COPEN 22
EUROJUST 19
EJN 8**

NOTA

de:	Julius Pagojus, Vice-Ministro da Justiça, Ministério da Justiça da República da Lituânia
data:	17 de dezembro de 2014
para:	Rafael Fernández-Pita y González, Diretor-Geral, Conselho da União Europeia

Assunto:	Notificação da transposição das Decisões-Quadro 2008/909/JAI, 2008/947/JAI e 2009/829/JAI
----------	---

Excelentíssimo Senhor:

Junto se enviam, à atenção de V. Ex.^a, os textos das disposições da legislação da República da Lituânia que transpõem as disposições pertinentes: da Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia, com a redação que lhe foi dada pela Decisão-Quadro 2009/299/JAI do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009; da Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, com a redação que lhe foi dada pela Decisão-Quadro 2009/299/JAI do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009; e da Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva ("as Decisões-Quadro").

As disposições das Decisões-Quadro são implementadas pela Lei n.º XII-1322, de 13 de novembro de 2014, sobre o reconhecimento mútuo e a execução das sentenças em matéria penal pelos Estados-Membros da União Europeia ("Lei n.º XII-1322") (Registo legislativo n.º 2014-17299, 21.11.2014), que estabelece:

- 1) Os procedimentos e as condições aplicáveis ao reconhecimento e à execução, na República da Lituânia, das sentenças emitidas por tribunais de outros Estados-Membros da UE que imponham penas privativas de liberdade;
- 2) Os procedimentos e as condições aplicáveis à transmissão a outros Estados-Membros da UE das sentenças emitidas por tribunais da República da Lituânia que imponham penas privativas de liberdade;
- 3) Os procedimentos e as condições aplicáveis ao reconhecimento e à execução, na República da Lituânia, das sentenças que imponham penas não privativas de liberdade e das decisões relativas à liberdade condicional emitidas por tribunais ou outras autoridades competentes de Estados-Membros da UE;
- 4) Os procedimentos e as condições aplicáveis à transmissão a outros Estados-Membros da UE das sentenças que imponham penas não privativas de liberdade e das decisões relativas à liberdade condicional emitidas por tribunais da República da Lituânia;
- 5) Os procedimentos e as condições aplicáveis ao reconhecimento e à execução, na República da Lituânia, das decisões sobre medidas de controlo (que não a detenção) emitidas por autoridades competentes da UE;
- 6) Os procedimentos e as condições aplicáveis à transmissão a outros Estados-Membros da UE de determinados tipos de medidas de controlo ou de outras medidas coercivas processuais impostas por tribunais, procuradores ou responsáveis pela instrução de processos penais da Lituânia.

Tendo em vista a implementação harmoniosa das disposições das Decisões-Quadro, procedeu-se igualmente à revisão dos artigos 5.º e 109.º do Código Penal da República da Lituânia e dos artigos 1.º, 121.º, 342.º e 365.º do Código de Processo Penal da República da Lituânia.

Informamos ainda que a Lei n.º XII-1322 e a restante legislação que transpõe as Decisões-Quadro entrarão em vigor a 1 de abril de 2015.

Para mais informações sobre a transposição das Decisões-Quadro 2008/909/JAI, 2008/947/JAI e 2009/829/JAI, queira contactar Andrada Bavejan, Chefe da Divisão de Cooperação Jurídica do Departamento de Direito Internacional do Ministério da Justiça da República da Lituânia (tel. (370 5) 266 2940, endereço eletrónico: andrada.bavejan@tm.lt), Indrė Balčiūnienė, Especialista Superior na Divisão de Cooperação Jurídica do Departamento de Direito Internacional do Ministério da Justiça da República da Lituânia (tel. (370 5) 266 2937, endereço eletrónico: indre.balciuniene@tm.lt), Darius Mickevičius, Conselheiro no Departamento de Justiça Administrativa e Penal (tel. (370 5) 266 2966, endereço eletrónico: darius.mickevicius@tm.lt) ou Tauras Rutkūnas, Especialista Superior na Divisão de Justiça Penal do Departamento de Justiça Administrativa e Penal (tel. (370 5) 219 1895, endereço eletrónico: tauras.rutkunas@tm.lt).

Junto se enviam igualmente, à atenção do Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia, as notificações e declarações da Lituânia sobre cada uma das Decisões-Quadro.

(...)

(Fórmula de cortesia)

(ass.) Julius Pagojus

Informações facultadas pela Lituânia sobre a

Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia

Declaração da República da Lituânia sobre o artigo 7.º

Nos termos do artigo 7.º, n.º 4, da Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia, a República da Lituânia declara que as suas autoridades competentes não aplicarão o artigo 7.º, n.º 1, da Decisão-Quadro.

Notificações da República da Lituânia

1) Em conformidade com o artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro, quando a República da Lituânia é o Estado *de execução*, os **tribunais distritais** são as autoridades competentes para reconhecer as sentenças transmitidas pelas autoridades competentes de outros Estados-Membros da UE que imponham penas privativas de liberdade.

O Ministério da Justiça da República da Lituânia é a autoridade competente para a receção das sentenças transmitidas pelas autoridades competentes de outros Estados-Membros da UE que imponham penas privativas de liberdade. O Ministério da Justiça transmite essas sentenças aos tribunais distritais competentes.

Os contactos do Ministério da Justiça estão disponíveis no seguinte sítio *Web*:

<http://www.tm.lt/tm/kontaktai/>. Quando a República da Lituânia é o Estado *de execução*, qualquer outra correspondência entre o tribunal da República da Lituânia e as autoridades competentes de outro Estado-Membro da União Europeia é trocada diretamente.

É de assinalar que as sentenças que imponham penas privativas de liberdade, adotadas noutro Estado-Membro da União Europeia e transmitidas à República da Lituânia para efeitos de execução, são reconhecidas na República da Lituânia pelo tribunal distrital do local de residência da pessoa condenada. Se a pessoa condenada estiver a cumprir pena numa prisão lituana, a sentença é reconhecida pelo tribunal distrital do local onde a pena esteja a ser cumprida. Se os dados disponíveis não permitirem identificar um tribunal competente específico, a sentença é reconhecida pelo Tribunal Distrital da Cidade de Vîlnius.

Quando a República da Lituânia é o Estado *de emissão*, os **tribunais distritais** são as autoridades competentes para transmitir a outro Estado-Membro da UE sentenças que imponham penas privativas de liberdade.

As decisões do tribunal da República da Lituânia sobre a transmissão de sentenças que imponham penas privativas de liberdade a outro Estado-Membro da UE são tomadas: 1) pelo tribunal distrital do local onde a pena esteja a ser cumprida ou pelo tribunal distrital do local onde estejam a ser impostas medidas coercivas no domínio médico ou educativo, se a pessoa condenada se encontrar no território da República da Lituânia; e 2) pelo tribunal penal, quando a pessoa condenada não se encontra no território da República da Lituânia.

2) Em conformidade com o artigo 4.º, n.ºs 1, alínea c), 3 e 4, da Decisão-Quadro, o Ministério da Justiça é designado como autoridade competente para a realização das consultas à autoridade competente do outro Estado-Membro da UE.

3) Em conformidade com o artigo 7.º, n.º 4, da Decisão-Quadro, a República da Lituânia declara que as suas autoridades competentes não aplicarão o artigo 7.º, n.º 1, da Decisão-Quadro (ver Anexo 1).

- 4) Em conformidade com o artigo 21.º da Decisão-Quadro, os tribunais distritais e as autoridades que se ocupam da execução da pena informam diretamente as autoridades competentes dos outros Estados-Membros da UE das decisões que tomam. Quando a República da Lituânia é o Estado *de emissão*, qualquer outra correspondência entre o tribunal da República da Lituânia e as autoridades competentes de outro Estado-Membro da União Europeia também é trocada diretamente, excetuando-se as consultas sobre decisões de transmissão de sentenças que imponham penas privativas de liberdade a outro Estado-Membro da UE, que passam pelo Ministério da Justiça.
- 5) Em conformidade com o artigo 23.º, n.º 1, da Decisão-Quadro, a República da Lituânia só reconhecerá as sentenças emitidas por outro Estado-Membro da UE que imponham penas privativas de liberdade se a certidão estiver traduzida em lituano.
- 6) Em conformidade com o artigo 23.º, n.º 3, da Decisão-Quadro, quando atua na qualidade de Estado *de execução*, a República da Lituânia solicitará, após ter recebido a sentença e a certidão, que a sentença ou as suas partes essenciais seja(m) acompanhada(s) de uma tradução em lituano nos casos em que considerar o conteúdo da certidão insuficiente para decidir da execução da sentença.
- 7) Em conformidade com o artigo 28.º, n.º 2, da Decisão-Quadro, a República da Lituânia reconhecerá e executará as sentenças transitadas em julgado que imponham penas privativas de liberdade emitidas a partir de 5 de dezembro de 2011. Se a sentença que impõe uma pena privativa de liberdade tiver sido emitida antes de 5 de dezembro de 2011, a República da Lituânia continuará a aplicar o artigo 365.º do seu Código de Processo Penal e as disposições pertinentes dos acordos internacionais (*vide* declaração da Lituânia no documento do Conselho 15413/1/08 REV 1, de 18 de novembro de 2008).

Estão disponíveis no sítio *Web* da Administração Nacional dos Tribunais os contactos e as áreas de jurisdição dos tribunais lituanos: <http://www.teismai.lt/lt/teismai/teismai-teismu-kontaktai/> e <http://www.teismai.lt/lt/teismai/teismu-veiklos-teritorijos/>.

Informações facultadas pela Lituânia sobre a

Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas

Declaração da República da Lituânia sobre o artigo 10.º

Nos termos do artigo 10.º, n.º 4, da Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, a República da Lituânia declara que as suas autoridades competentes não aplicarão o artigo 10.º, n.º 1, da Decisão-Quadro, no que respeita a todas as infrações referidas nesse número.

Notificações da República da Lituânia

1) Em conformidade com o artigo 3.º, n.º 1, da Decisão-Quadro, quando a República da Lituânia é o Estado *de execução*, os **tribunais distritais** são as autoridades competentes para reconhecer as sentenças que imponham penas não privativas de liberdade e as decisões relativas à liberdade condicional transmitidas pelas autoridades competentes de outros Estados-Membros da UE. Cabe aos tribunais distritais receber diretamente as sentenças que imponham penas não privativas de liberdade e as decisões relativas à liberdade condicional transmitidas por outros Estados-Membros da UE.

Quando a República da Lituânia é o Estado *de execução*, os **serviços de vigilância** são as autoridades competentes para executar as sentenças que imponham penas não privativas de liberdade ou as decisões relativas à liberdade condicional transmitidas pelas autoridades competentes de outros Estados-Membros da UE.

As sentenças que imponham penas não privativas de liberdade ou as decisões relativas à liberdade condicional emitidas num Estado-Membro da UE são reconhecidas na República da Lituânia pelo tribunal distrital do local de residência da pessoa condenada ou pelo Tribunal Distrital da Cidade de Vítnius, caso a pessoa condenada não tenha residência na República da Lituânia.

Quando a República da Lituânia é o Estado *de emissão*, os **tribunais distritais** são as autoridades competentes para transmitir a outros Estados-Membros da UE as sentenças que imponham penas não privativas de liberdade ou as decisões relativas à liberdade condicional.

Convém salientar que é da responsabilidade do tribunal distrital do local onde se encontra o serviço de vigilância decidir e ocupar-se da transmissão a outro Estado-Membro da UE das sentenças que imponham penas não privativas de liberdade ou das decisões relativas à liberdade condicional.

2) Em conformidade com o artigo 4.º, n.º 2, da Decisão-Quadro, a República da Lituânia só reconhecerá e executará as medidas de vigilância e as sanções alternativas referidas no artigo 4.º, n.º 1.

3) Em conformidade com o artigo 5.º, n.ºs 3 e 4, da Decisão-Quadro, nos casos referidos no n.º 2 do mesmo artigo, ou seja, se tiver sido imposta uma sanção alternativa ou uma medida de vigilância a uma pessoa que não tenha residência na República da Lituânia, o tribunal da República da Lituânia aceitará, em geral, assumir a execução dessa medida se a pessoa condenada estiver a estudar, a trabalhar ou se lhe tiver sido oferecido um contrato de emprego na República da Lituânia, se um membro da sua família tiver residência na República da Lituânia ou ainda se existirem outras razões imperiosas para assumir a execução da sanção alternativa ou da medida de vigilância.

4) Em conformidade com o artigo 10.º, n.º 4, da Decisão-Quadro, a República da Lituânia não aplicará o artigo 10.º, n.º 1, da Decisão-Quadro no que respeita a todas as infrações referidas nesse número (ver Anexo 2).

5) Em conformidade com o artigo 21.º da Decisão-Quadro, a República da Lituânia só reconhecerá as sentenças que imponham penas não privativas de liberdade ou as decisões relativas à liberdade condicional emitidas por autoridades competentes de outros Estados-Membros da UE se a certidão estiver traduzida em lituano.

Estão disponíveis no sítio *Web* da Administração Nacional dos Tribunais os contactos e as áreas de jurisdição dos tribunais lituanos:

<http://www.teismai.lt/lt/teismai/teismai-teismu-kontaktai/> e

<http://www.teismai.lt/lt/teismai/teismu-veiklos-teritorijos/>. A jurisdição dos serviços regionais de vigilância está estabelecida no Despacho n.º 1R-134 do Ministério da Justiça, de 9 de maio de 2014, que adota os regulamentos dos serviços regionais de vigilância de Kaunas, Klaipėda, Panevėžys, Šiauliai e Viena (Vilnius) (http://www3.lrs.lt/pls/inter3/dokpaieska.showdoc_l?p_id=424351&p_tr2=2).

Informações facultadas pela Lituânia sobre a

Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva

Notificações da República da Lituânia

1) Quando a República da Lituânia é o Estado *de execução*, o **Procurador Público** é a autoridade competente nos termos dos artigo 6.º da Decisão-Quadro.

Convém assinalar que as decisões transmitidas à República da Lituânia sobre medidas de controlo impostas a pessoas que tenham residência habitual na República da Lituânia e a ela aceitem regressar são reconhecidas por um procurador da Procuradoria Pública Regional do local de residência da pessoa que é objeto da decisão emitida.

Além disso, as decisões sobre medidas de controlo impostas a pessoas que não tenham residência habitual na República da Lituânia também podem ser reconhecidas e executadas na República da Lituânia a pedido dessas pessoas, desde que o procurador público aceite assumir a execução da decisão sobre a medida de controlo. Neste caso, a decisão de reconhecer a medida de controlo é emitida por um procurador público da Procuradoria-Geral da República da Lituânia.

Quando a República da Lituânia é o Estado *de emissão*, o **Procurador Público** e o **tribunal** são as autoridades competentes nos termos do artigo 6.º da Decisão-Quadro.

Note-se que, enquanto, na fase anterior ao julgamento, a decisão de transmitir uma medida de controlo a outro Estado-Membro da UE é tomada por um procurador público, na fase de julgamento essa decisão é tomada pelo tribunal competente.

2) Em conformidade com o artigo 8.º, n.º 2, da Decisão-Quadro, tal como no que respeita às medidas de controlo estabelecidas no artigo 8.º, n.º 1, da Decisão-Quadro, a República da Lituânia reconhecerá e executará igualmente as decisões sobre medidas de controlo tomadas em processos penais noutros Estados-Membros da União Europeia que impõem, em alternativa à prisão do suspeito, arguido ou pessoa condenada, uma ou mais das seguintes obrigações e proibições:

- a) Interdição de exercer determinadas atividades relacionadas com a infração alegadamente cometida;
- b) Inibição de conduzir;
- c) Obrigação de depositar uma determinada quantia ou de prestar outro tipo de garantia, o que pode ser efetuado num número especificado de prestações ou de uma só vez.

3) Em conformidade com o artigo 9.º, n.ºs 3 e 4, da Decisão-Quadro, nos casos referidos no n.º 2 do mesmo artigo, ou seja, se tiver sido imposta uma medida de controlo a uma pessoa que não tenha residência habitual na República da Lituânia, a Procuradoria-Geral da República da Lituânia aceitará, em geral, assumir a tomada de decisão sobre a execução dessas medidas de controlo se o suspeito, arguido ou pessoa condenada estiver a estudar, a trabalhar ou se lhe tiver sido oferecido um contrato de emprego na República da Lituânia, se um membro da sua família tiver residência na República da Lituânia ou ainda se existirem outras razões imperiosas para assumir a execução da medida de controlo.

4) Em conformidade com o artigo 21.º, n.º 3, da Decisão-Quadro, a República da Lituânia aplicará o artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros, ao decidir da entrega da pessoa em causa ao Estado de emissão.

5) Em conformidade com o artigo 24.º da Decisão-Quadro, a República da Lituânia só reconhecerá as decisões sobre medidas de controlo de outros Estados-Membros se a certidão estiver traduzida em lituano.

Recordamos que, aquando da adoção da Decisão-Quadro, a República da Lituânia enviou uma declaração ao Secretariado-Geral do Conselho informando que, por razões constitucionais, não aplicará o artigo 14.º, n.º 1, da Decisão-Quadro no que respeita a todas as infrações referidas nesse número.

Estão disponíveis no sítio *Web* do Ministério Público da Lituânia os contactos do Ministério Público e dos procuradores: <http://www.prokuraturos.lt/>. Estão disponíveis no sítio *Web* da Administração Nacional dos Tribunais da Lituânia os contactos e as áreas de jurisdição dos tribunais lituanos: <http://www.teismai.lt/lt/teismai/teismai-teismu-kontaktai/> e <http://www.teismai.lt/lt/teismai/teismu-veiklos-teritorijos/>.
